

Problemas na área da deficiência auditiva

Alternativas de solução

Lia Marques Jordão*

Questões relevantes para a integração de pessoas portadoras de deficiência, têm raízes nas condições de vida de grande parte da população, determinadas pelas distorções da estrutura sócio-econômica da sociedade brasileira e pelo iníquo perfil da distribuição de renda vigente. Numa tal situação, fermentam os fatores de geração e agravamento de deficiências.

(Programação de Ação Governamental, Diretrizes Sociais Cap. 3, 1987/91).

A primeira instituição que se ocupou da educação de surdos no Brasil, foi o INSTITUTO DOS SURDOS-MUDOS criado pela LEI nº 939 de 26 de setembro de 1857.

Em 1957, através do Decreto-Lei 200, passou a chamar-se INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS. Única instituição oficial a receber alunos de todo o Brasil e de países da América Latina teve assegurada "**autonomia limitada**" pelo Decreto número 93.613, de 21 de novembro de 1986.

Não há distinções essenciais entre Educação Geral e Especial. Ambas possuem os mesmos objetivos estabelecidos por Lei 5692/71. Entretanto, não devemos mais analisar e planejar sobre a Educação Geral, ignorando a Educação Especial. Esta, apresenta-se como um aspecto do sistema regular de ensino, sendo que o grande esforço para a criação de uma consciência nacional sobre o problema, deve-se mais a iniciativas individuais de grupos comunitários, de especialistas e da rede particular de ensino do que propriamente do governo.

Analisando os aspectos legais que incentivaram e apoiaram a Educação Especial, notam-se ações isoladas e fragmentadas e sua ausência como área definida

de atuação no âmbito de POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO.

Os Planos Nacionais de Educação ao longo do período de 1964 a 1985, na verdade, refletiram o primado da busca de um crescimento econômico em detrimento do social, o que gerou reflexos danosos para a Educação em seu todo. Resultou daí a "**dívida social brasileira**" e perdeu-se o lastro social que embasaria o desenvolvimento econômico harmônico e justo.

A prioridade atribuída em alguns planos apresentados a seguir, deve ser analisada, não só pelo volume de recursos aplicados, já que é fundamental obter novas fontes de financiamento, mas, também, na busca de ações integradas entre os órgãos educacionais e assistenciais.

Segue-se uma breve resenha histórica.

- 1951 — Instalação dos Cursos de Especialização para Formação de Professores, no Instituto Nacional de Educação de Surdos. Expansão e divulgação da educação de deficientes auditivos.
- 1962 — I Plano Nacional de Educação — normas para distribuição de verbas para a educação primária, média e a superior.
- 1965 — Garantia de 5% dos recursos da Educação Primária serem destinados ao Ensino Especial.
- 1972 — Elaboração do Plano Setorial de Educação e Cultura tendo como diretrizes básicas da

*Lia Marques Jordão é Professora Especializada, Psicóloga e Diretora do DEPE-INES.

Educação Especial a INTEGRAÇÃO e RACIONALIZAÇÃO.

São definidas duas linhas de programação: Apoio Técnico para que se ministre Educação Especial e Expansão das oportunidades de atendimento educacional aos excepcionais.

A iniciativa privada assume responsabilidade efetiva no atendimento aos excepcionais.

1973 — Criação do CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, dando oportunidade para que a Educação Especial possa ser representada administrativamente.

1975 — Implantação do Serviço de EDUCAÇÃO PRECOCE no INES.

1977 — Elaboração do I PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL para o triênio 77/79, contendo as seguintes ações: Ação Otimizadora, Ação de Extensão ao Acesso à Educação, Ação Preventiva, Ação de Aperfeiçoamento, Ação Co. firmada.

Estas "diretrizes norteadoras" inspiravam a participação dos sistemas federais, estaduais e municipais para atendimento dos excepcionais no sistema regular de Ensino.

1981 — Ano Internacional das Pessoas Deficientes. A Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou, oficialmente, o Ano Internacional das Pessoas Deficientes e o Brasil, atento às suas recomendações, estabeleceu um Plano de Ação, com objetivos que deveriam ser desenvolvidos ao longo da década de 80, a curto, médio e longo prazos:

Conscientização, Prevenção, Educação, Reabilitação, Capacitação Profissional e Acesso ao Trabalho, Remoção de Barreiras Arquitetônicas e Legislação.

1985 — Elaboração do Plano intitulado EDUCAÇÃO ESPECIAL — NOVA PROPOSTA, que busca a redefinição de políticas em Educação Especial, preconizando cinco princípios norteadores: Participação, Integração, Normalização, Interiorização e Simplificação.

1986 — Transformação do CENTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, em Secretaria de Educação Especial, como órgão central, de direção superior, do Ministério da Educação.

- instituição do Fundo Especial para Deficientes da Audição (FUNDAU)
- instituição da COORDENADORIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DA PESSOA

PORTADORA DA DEFICIÊNCIA — CORDE, com atribuição de coordenar e assegurar pleno exercício de seus direitos básicos e integração social à pessoa portadora de deficiência.

- elaboração de um Plano Nacional, com o objetivo de implantar uma política nacional de integração.

1988 — A Constituição promulgada em 5 outubro de 1988, registra os seguintes preceitos:

Cap. II

- Art. 227 — criação de programas de prevenção e atendimento especializado para os portadores de deficiência, mediante o treinamento para o trabalho, convivência e facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com a eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

Cap. III

- Art. 208 — atendimento especializado aos portadores de deficiências, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Secretaria de Ensino Básico — SEB/MEC — em recente estudo aplica os preceitos constitucionais ao determinar:

- a substituição do termo "excepcional" por "pessoas portadoras de necessidades especiais"
- a descaracterização da deficiência, como restrição para que as pessoas portadoras de necessidades especiais participem dos diversos segmentos da sociedade.
- reconhecimento das potencialidades dessas pessoas, permitindo e possibilitando que ocupem seus lugares na sociedade.
- o atendimento em creche e pré-escola a crianças de 0 a 6 anos de idade (art. 208, IV); obrigatoriamente no ensino a crianças de 7 a 14 anos e erradicação do analfabetismo (art. 60 — das Disposições Transitórias) até 1989.

1990 — Transformação da Secretaria de Educação Especial — SESPE em Coordenação de Educação Especial, vinculada à Secretaria Nacional de Ensino Básico.

Na área da Deficiência Auditiva, o problema torna-se mais complexo, sendo indispensável levantar as questões cruciais presentes atualmente no Brasil. Para melhor compreensão do problema, propõe-se uma esquematização dos principais obstáculos, elegendo-se como básico, o Diagnóstico Precoce e o correspon-

dente Atendimento Precoce, bem como a formação de recursos humanos, priorizando a prevenção.

Diagnóstico Precoce

A frase "quanto mais cedo for diagnosticada a deficiência auditiva, mais fácil será diminuir ou evitar suas conseqüências no desenvolvimento emocional, intelectual e social da criança", é citada em todos os documentos que se referem a assuntos relativos à surdez. Contudo, a compreensão do que isto representa só adquire valor e expressão entre os profissionais da área, pois os resultados de diagnósticos tardios são sentidos no primeiro momento pelos pais e profissionais e, mais tarde, de forma bastante peculiar ou dolorosa, pelo próprio surdo.

A detecção precoce, baseada em técnicas de avaliação em crianças pequenas, observa suas reações comportamentais em resposta ao som. São técnicas relativamente simples e podem ser usadas como instrumento de rastreamento por pessoas acostumadas a lidar com crianças (Psicólogos, Assistentes Sociais, Neurologistas) desde que devidamente preparados para a ação. O caráter multi e interdisciplinar desta avaliação, que conta com a participação de especialistas como o otorrinolaringologista, o fonoaudiólogo, o neonatologista, o obstetra, o professor especializado e o pediatra, possibilita uma investigação básica, como forma de triagem das crianças a serem enviadas para um atendimento especializado.

O diagnóstico tardio e o conseqüente atendimento tem seu argumento mais forte no prejuízo da aquisição da linguagem pelo deficiente auditivo. É a linguagem uma ferramenta, capaz não só de comunicar como de codificar a realidade, utilizando regras convencionais, porém apropriadas, que nos permitem tanto representar a "realidade como transformá-la". É a barreira "comunicação", não realizada integralmente, que interfere, de forma global, no desenvolvimento do surdo. É o uso desta linguagem, adquirida pelo ser humano no período de zero a três anos, que vai determinar e influenciar seu processo de vida. Entende-se que não nos restringimos somente à linguagem oral, mas à aceitação de outras linguagens que permitam a sua participação efetiva na sociedade.

Outro aspecto importante do diagnóstico é o conhecimento de dados e informações que permitam planejar um atendimento direcionado, levando-se em consideração o grau de perda auditiva, as condições individuais, emocionais, intelectuais e sócio-culturais do deficiente auditivo.

A importância deste diagnóstico realizado o mais

precoce possível, propicia a indicação de um atendimento especializado que além de despertar na criança o interesse pelo mundo, aguçando sua curiosidade, facilita a comunicação entre pais e filhos, diminui o tempo de escolaridade, melhorando o desempenho escolar.

Formação de recursos humanos

Analisando objetivamente a formação de recursos humanos em Educação Especial, na área da deficiência auditiva, encontramos cursos isolados de nível médio, pós-graduação e mestrado. Insuficientes, em termos qualitativos e quantitativos, para o universo de dois milhões de surdos, a grande concentração de docentes e técnicos especializados está nos grandes centros do Sudeste. Nas Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mesmo os grandes centros carecem de recursos humanos qualificados.

O atendimento especializado é realizado em instituições, escolas especiais, classes especiais, classes regulares, salas de recursos e, eventualmente, em clínicas.

Para a realização deste trabalho, além da preparação dos professores, é necessária a atuação da equipe multi e interdisciplinar, com vistas à organização de um plano de atendimento que melhor se adapte às condições do surdo. Para garantir a eficácia destas equipes há, também, necessidade de cursos de especialização para os profissionais das áreas da Psicologia, Assistência Social, Medicina, Fonoaudiologia e Pedagogia, que nelas atuam ou irão atuar.

Não há disciplinas relativas à Educação Especial nos Cursos de 2º e 3º Graus. De forma geral, os profissionais saem das escolas de formação de professores sem qualquer embasamento ou conhecimento do trabalho junto ao deficiente. A longo prazo, seria importante estimular a inclusão de estudos sobre as deficiências nos Cursos, determinados em programas de formação de pediatras otorrinos e demais profissionais da área.

Há razões fundamentais para investimentos em Educação Especial, mesmo considerando a alta relação custo-benefício para a formação especializada de docentes e técnicos, aquisição e instalação de equipamentos especializados incluindo a protetização, pois representam medida de economia, uma vez que, desenvolvendo suas potencialidades os deficientes podem integrar a força de trabalho da nação e não se constituírem em um peso para a sociedade, devido a sua falta de produtividade.

Apresentamos um levantamento das dificuldades na área da deficiência auditiva para estimular uma reflexão crítica sobre as possíveis alternativas de solução.

SITUAÇÃO PROBLEMA	AÇÕES PROPOSTAS
1. Grande desinformação, por parte do governo e da sociedade	AÇÕES PREVENTIVAS <ul style="list-style-type: none"> ● campanha de esclarecimento voltadas para a conscientização de autoridades municipais, estaduais, federais e da sociedade em geral
2. Número expressivo de surdos (cerca de dois milhões no Brasil)* como conseqüência da rubéola materna, doenças infecto-contagiosas, uso de medicação ototóxica, etc.	<ul style="list-style-type: none"> ● campanha de erradicação da rubéola materna ● campanha de prevenção e esclarecimento à comunidade sobre causas pré, peri e pós natais, etiologia de doenças infecto-contagiosas e ototóxicas
3. Diagnóstico tardio interferindo no desenvolvimento global do indivíduo e na aquisição da linguagem Ausência de programas de aconselhamento genético	<ul style="list-style-type: none"> ● detecção precoce, com caráter multi e interdisciplinar ● desenvolvimento de projetos de investigação básica, com técnicas simples e viáveis, dentro da realidade brasileira, atendendo à criança nos primeiros meses de vida ● rastreamento em maternidades, hospitais e outras entidades, em mães de bebês de alto risco, possibilitando o diagnóstico e o atendimento precoce ● organização de programas de aconselhamento genético
4. Insuficiência de pré-escola e atendimento precoce, enfatizando, em todas as metodologias, a necessidade de se aproveitar a audição residual, nos primeiros anos de vida, para a aprendizagem da linguagem	<ul style="list-style-type: none"> ● implantação e expansão de núcleos destinados à Educação Precoce, em escolas, postos, etc., com ênfase na orientação aos pais, evitando-se prejuízos no desenvolvimento lingüístico e global das crianças na faixa etária de 0 a 7 anos
5. Atendimento de 1º e 2º graus <ul style="list-style-type: none"> ● número expressivo de deficientes auditivos que, por fatores decorrentes da educação tardia, têm seu desempenho escolar alongado e prejudicado ● número insuficiente de escolas preparadas para atender ao deficiente auditivo ● atendimento escolar de adultos 	<ul style="list-style-type: none"> ● implantação e expansão de classes especiais, classes regulares com sala de recursos ● aceleração do processo de integração do deficiente auditivo, no sistema regular de ensino ● apoio técnico a estabelecimentos particulares de ensino comum, com a finalidade de maior colaboração no atendimento ao deficiente auditivo ● medidas educacionais especializadas e esclarecimentos sobre o ambiente adequado para a aprendizagem
6. Profissionalização <ul style="list-style-type: none"> ● nível de profissionalização inadequado ao mercado de trabalho ● resistência das empresas em aceitar o deficiente auditivo, causada pela desinformação de seu potencial 	<ul style="list-style-type: none"> ● organização de programas de profissionalização, incorporando novos recursos tecnológicos ● conscientizar a comunidade empresarial, quanto ao potencial e aproveitamento do deficiente auditivo no mercado de trabalho

(*) SEPLAN — Programa de Ação Governamental, Brasília — 1987/1991

SITUAÇÃO PROBLEMA

AÇÕES PROPOSTAS

7. Formação de Recursos Humanos

- docentes — cursos de especialização e de pós-graduação
- técnicos — ausência de profissionais que componham as equipes inter e multidisciplinares
- ausência de profissionais que interpretem linguagem de sinais

- incentivo à organização de cursos de aperfeiçoamento, nas diversas regiões do país
- cursos de reciclagem e desenvolvimento de projetos de ensino à distância
- inclusão, nos currículos universitários e escolas de formação, de disciplinas sobre as diversas deficiências
- especialização dos profissionais das áreas da Psicologia, Pedagogia, Medicina, Fonoaudiologia, Assistência Social e Lingüística
- Cursos para formação de intérpretes

8. Tecnologia aplicada ao deficiente auditivo

- dificuldade de aquisição e adaptação de aparelho de amplificação (AASI), pelo seu alto custo, pela burocracia na sua concessão, através do sistema previdenciário
- ausência de aparelhos destinados a facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes (telefones TDD, computadores, etc.)
- salas de aula sem aparelhagem para estimulação auditiva e isolamento acústico
- salas de aula aparelhadas, sem condição de uso, por falta de manutenção e/ou desconhecimento de seu manuseio

- a organização de Bancos de Próteses, através de incentivos, tais como desconto no Imposto de Renda, facilitando as doações
- incentivo à pesquisa sobre esses equipamentos auxiliares, para que sua fabricação no Brasil, elimine a necessidade de importação
- salas adequadas, com equipamento especializado
- destinação de verbas visando a manutenção da aparelhagem e treinamento de profissionais para garantir essa manutenção

9. Adequação de currículos

- carência de propostas curriculares adaptadas ao deficiente auditivo, que apresentem variações no ritmo de aprendizagem e dificuldades de conceituação
- carência de propostas curriculares adaptadas a alunos portadores de múltiplas deficiências

- promover a elaboração de propostas curriculares especiais, com dosagem e conteúdo adequados e programas de competência social
- currículos especiais para múltiplas deficiências (DA-DM) (DA-DF) (DA-DV)

10. Linguagem Sinalizada e Comunicação

- limitação da comunicação do deficiente auditivo, com prejuízo da compreensão e do acesso à informação devida ao aprendizado de uma língua oral falada pela comunidade de ouvintes.
- preconceito em relação às formas de comunicação entre os surdos

- utilização da Linguagem Sinalizada para aqueles surdos que não tenham condições de oralização
- incentivo a estudos e pesquisas na área da Lingüística
- respeito à Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), documentando-a e incluindo-a na educação do surdo

11. Pesquisa

- inexistência de um plano de estudo e pesquisas, na área da deficiência auditiva
- carência de dados e informações sobre os estudos e pesquisas existentes
- estatísticas que configurem e dimensionem a clientela

- incentivo à pesquisa e aos estudos audiológicos fonoaudiológicos eletrônicos psicológicos sociais
- realização do censo das pessoas portadoras de deficiência

SITUAÇÃO PROBLEMA	AÇÕES PROPOSTAS
<p>12. Publicações específicas</p> <ul style="list-style-type: none"> ● carência de bibliografia especializada brasileira ● carência de material escolar e didático 	<ul style="list-style-type: none"> ● incentivo a publicações específicas e programas de elaboração de material didático, através de ações conjugadas com outros órgãos, inclusive internacionais
<p>13. Integração no Sistema Regular de Ensino</p> <ul style="list-style-type: none"> ● início tardio do atendimento ● dificuldade quanto à adaptação e à utilização de alternativas educacionais ● desequilíbrio, em termos geográficos, limitando as oportunidades educacionais ● espaço físico inadequado ● número insignificante de surdos com acesso ao 3º grau 	<ul style="list-style-type: none"> ● conscientização dos órgãos responsáveis pela educação, dos profissionais envolvidos e da família ● incentivo ao estudo sobre a aplicação das alternativas educacionais e seus efeitos na realidade brasileira ● ações coordenadas quanto aos níveis de planejamento — nacional, estadual e regional — visando a eficácia do atendimento ● melhor qualificação de 1º e 2º graus
<p>14. Alternativas Educacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> ● necessidade de estudos quanto às metodologias usadas no ensino ao deficiente auditivo, levando-se em conta a polêmica entre os métodos e filosofia oralistas e mistos ● preparo de profissionais dentro das diversas metodologias ● aplicação das alternativas, conforme clientela e realidade regional 	<ul style="list-style-type: none"> ● pesquisar metodologias aplicadas no ensino/aprendizagem do deficiente auditivo ● cursos de aperfeiçoamento e especialização para os profissionais da área ● cursos de reciclagem para o preparo de professores e outros profissionais ● projetos para implantação das metodologias, conforme cada região e clientela
<p>15. Outras dificuldades</p> <ul style="list-style-type: none"> ● pouco conhecimento do potencial do surdo ● indefinição terminológica, devido à natureza do problema, "surdo", "deficiente auditivo", etc. ● pouco acesso à comunicação e ao lazer ● dificuldades de comunicação, em questões sociais ● processo educacional prejudicado pela falta de conscientização das necessidades especiais do surdo ● discriminação e poucas oportunidades de trabalho 	<ul style="list-style-type: none"> ● programas de conscientização das necessidades dos surdos ● filmes, vídeo e programas de televisão legendados ● intérpretes de Linguagem Sinalizada ● educação bilingüe, utilizando-se a língua portuguesa, a Língua de sinais dos Centros Urbanos Brasileiros — LSCB ● oportunidades de trabalho, com adaptação e melhor aproveitamento da mão-de-obra qualificada do deficiente auditivo

Conclusão

Da abordagem do tema concluímos que a política educacional na modalidade Educação Especial deve promover a integração entre os diversos órgãos de saúde, trabalho, previdência, assistência e educação, prevendo programas de atendimento adequados às peculiaridades regionais brasileiras, privilegiando a descentralização.

Os estudos de campo da realidade brasileira devem fundamentar as ações que visem uma objetividade não estereotipada, o que significa vontade política e alocação de recursos.

Exige-se também que as experiências e projetos de pesquisa em Educação Especial, consagrados pelo seu teor científico, sejam registradas, documentadas e divulgadas, tornando maior o fluxo de informação e trocas entre todas as participantes do processo: família, escola e comunidade.

Mobilizar os profissionais da área para estas questões, nos parece neste momento a forma de assegurar a atualização do processo educacional, segundo técnicas modernas de ensino permitindo melhores condições para o atendimento aos portadores de necessidades educativas especiais.

Bibliografia

- BOLETIM DO GELES nº 3. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1988.
- PEREIRA, Olívia et alii. *Educação Especial, atuais desafios*. Rio de Janeiro. Ed. Interamericana, 1980.
- BARROS, Cláudia Monteiro Silva Bonfim et alii. *O deficiente auditivo e o atendimento interdisciplinar*. Rio de Janeiro. PUC/INES.
- FERNANDES, Eulália. *O surdo e seu desempenho lingüístico*. Rio de Janeiro, 1984. Tese de doutorado.
- BRASIL. Programa de ação governamental — prosperidade para todos. Brasília, 1987-1991.
- CENESP. Subsídios para Organização e Funcionamento dos Serviços de Educação Especial: área da deficiência auditiva. Rio de Janeiro, FAE, 1984.
- SPINELLI, Mauro. Sugestão para consideração do Comitê Nacional. São Paulo, PUC, 1986.
- SILVA, Ana Cristina Barbosa Bonfim et alii. *O Atendimento do Deficiente Auditivo e a Equipe Multidisciplinar*. Rio de Janeiro, PUC/INES, 1988.
- NUNES, Zélia Paiva. Documento nº 09. Educação Especial como Aspecto do Ensino Regular: um Desafio — versão preliminar. Senado Federal, Brasília, Fundação Universidade de Brasília, 1978.